

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.843.685 - MG (2019/0311732-1)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE
PROCURADOR : DAYSE MARIA ANDRADE ALENCAR - DF022244
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trata-se Recurso Especial, interposto pelo MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE, por meio do qual se impugna acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. COBRANÇA DO IPTU. INSS. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA RECÍPROCA (ART. 150, §2º, DA CF/1988). HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

1. O INSS (autarquia federal) detém a imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, alínea 'a', da CF/1988, haja vista jurisprudência pacífica desta Corte e do STF.

2. 'Não havendo prova nos autos de que os bens não são utilizados para os fins essenciais da autarquia, aplicável a imunidade tributária recíproca dos entes políticos, prevista na alínea 'a' do inciso VI do art. 150 da CF/88. 2- Apelação não provida. 3- Peças liberadas pelo Relator em Brasília, 12 de novembro de 2013. para publicação do acórdão.' (AC 0023564-21.2002.4.01.3800 / MG, Rel. DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL, SÉTIMA TURMA, e- DJF1 p.675 de 22/11/2013) 3. Honorários nos termos do voto.

4. Apelação provida" (fl.101e).

Não foram opostos embargos de declaração.

No Recurso Especial, interposto com base na alínea **a** do permissivo constitucional, a parte recorrente alega violação ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73. Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"Como se percebe da leitura do acórdão recorrido - redigido em formato padrão para inúmeros casos no Tribunal a quo corte -, asseverou-se, colacionando-se jurisprudência do TRF da 1ª Região e do E. STJ, de que o Município não teria logrado fazer prova quanto à desvinculação do imóvel às finalidades da Autarquia à época do fato

Superior Tribunal de Justiça

gerador do imposto exequendo, porquanto deveria ser afastada a execução.

Em seguida, reformou-se a sentença prolatada, fixando-se os honorários advocatícios, em desfavor do Município de Belo Horizonte, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Confira-se a fundamentação consignada na origem para fixação da verba honorária, in verbis:

(...)

Como se sabe, a partir do exame da jurisprudência do Col. STJ, a reavaliação eqüitativa dos honorários advocatícios fixados na instância a quo, a princípio, esbarraria no óbice do enunciado nº 07/STJ, diante da necessidade de reexame de provas.

Ocorre que, resta assentado naquela Corte, também, que em se tratando de honorários advocatícios fixados de forma exorbitante ou irrisória, faz-se possível o ajuste da verba honorária, no âmbito do recurso especial.

Nesse sentido, confira-se didático e recente precedente da Corte Especial do E. STJ, verbis:

(...)

Tal o quadro, deve-se destacar que a tese ora sustentada pela Municipalidade é exatamente a de que os honorários advocatícios fixados no Tribunal a quo, por se apresentarem exorbitantes, vulneram o disposto no S§ 3º e 4º, do art. 20 do Código de Processo Civil.

O Tribunal a quo fixou a verba honorária em valor excessivamente discrepante daquilo que seria razoável, até mesmo porque. os R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) fixados superam, efetivamente, o próprio valor econômico da demanda - refletido no valor dado à causa (R\$ 1.573,23 - fl. 16 dos autos), circunstância hábil a evidenciar, de plano e objetivamente, o desacerto no arbitramento dos honorários na origem.

Não pode haver a inversão da lógica do que é acessório (honorários) e do que é principal (valor econômico da demanda) no processo! Nos moldes em que decidiu recentemente o E. STJ, o 'valor da condenação é exorbitante em comparação com o valor da causa, motivo pelo qual há fundamento para a reforma do julgado por este Tribunal Superior.' (AgRg no AgRg no Resp nº 871.707/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, DJe de 18.12.2008) Não é despidendo observa-se, ainda, que na sentença prolatada, que acabou reformada pelo E. TRF da 1ª Região, o magistrado sentenciante havia fixado a verba honorária contra o INSS em R\$ 10% (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa, com base no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil Brasileiro, vez que em vigor à época da decisão, assim no equivalente a 157,23 (cento e cinquenta e sete reais e vinte e três

centavos, como se observa da fl. 16.

Assim, em caso de reforma da sentença, o mais adequado seria a inversão da condenação honorária arbitrada na sentença, inclusive abatendo-se a parte da sentença que restou inalterada: correspondente ao valor da parte das taxas, e não a fixação de valor padrão, desvinculado da realidade dos autos, resultado, d.v, em um valor exorbitante.

Não bastasse, a simples leitura do aresto recorrido revela tratar-se de causa de baixo grau de complexidade, sob o prisma individual da demanda, eis que se trata de pleito movido 'aos milhares', sendo a tese corriqueira nos Tribunais pátrios.

Nesse contexto, verifica-se a possibilidade de modificação dos honorários advocatícios, sem qualquer incursão no contexto fático probatório da causa, afastando-se a incidência do enunciado nº 07/STJ.

Assim, conclui-se, com destacada segurança, que o digno TRF da 1ª Região fixou honorários exorbitantes na espécie, em conseqüente vulneração do disposto no art. 20, § 4º do CPC, cabendo ao E. STJ, aplicando o direito à espécie, operar substancial redução na condenação honorária levada a efeito" (fls.111/113e).

Requer-se, por fim, "conhecimento e provimento do apelo, para que seja provido o recurso especial, a fim de que seja substancialmente reduzida a condenação em honorários advocatícios experimentada pelo Município de Belo Horizonte" (fl. 114e).

Contrarrazões a fls. 117/122e

O Recurso Especial foi admitido na origem (fls.124/125e).

O presente recurso não merece conhecimento.

Tenho por oportuna a transcrição de voto-vista, por mim proferido, nos autos do **Recurso Especial 1.502.347/AL**, no qual não conheci do Recurso Especial em que postulada a majoração de verba honorária, no que fui acompanhada pelos Ministros MAURO CAMPBELL MARQUES, HERMAN BENJAMIN e DIVA MALERBI.

Nesse julgado, finalizado na sessão de 07/06/2016, encontram-se as balizas para a análise da questão de honorários de advogado, em relação a demandas julgadas sob a égide do CPC/73. O teor de meu voto-vista, plenamente aplicável ao presente Recurso Especial, e no que interessa aos presentes autos, é o seguinte:

"A Corte Especial do STJ, ao julgar os EREsp 637.905/RS (Rel. Ministra ELIANA CALMON, DJU de 21/08/2006), proclamou que, nas hipóteses do § 4º do art. 20 do CPC/73 – dentre as quais estão compreendidas as causas em que for vencida a Fazenda Pública,

como no caso –, a verba honorária deve ser fixada mediante apreciação equitativa do magistrado, sendo que, nessas hipóteses, a fixação de honorários de advogado não está adstrita aos percentuais constantes do § 3º do art. 20 do CPC/73. Ou seja, no juízo de equidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto, em face das circunstâncias previstas nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 3º do art. 20 do CPC/73, podendo adotar, como base de cálculo, o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo.

Transcreve-se, a seguir, a ementa do supracitado precedente da Corte Especial do STJ:

**'PROCESSUAL CIVIL – EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA
– HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – BASE DE
CÁLCULO – VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA.**

1. A teor do art. 20, § 4º, do CPC, nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, a verba honorária será fixada mediante apreciação equitativa do magistrado.

2. A Primeira Seção desta Corte já se posicionou no sentido de que, vencida a Fazenda Pública, a fixação de honorários não está adstrita aos percentuais constantes do art. 20, § 3º, do CPC.

3. No juízo de equidade, o magistrado deve levar em consideração o caso concreto em face das circunstâncias previstas no art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c', podendo adotar como base de cálculo o valor da causa, o valor da condenação ou arbitrar valor fixo.

4. Embargos de divergência conhecidos, mas improvidos' (STJ, EREsp 637.905/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, DJU de 21/08/2006).

Consoante decidido pela Primeira Seção do STJ, tanto nos EAg 438.177/SC (Rel. p/ acórdão Ministro LUIZ FUX, DJU de 17/12/2004), quanto no REsp 1.137.738/SP (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), a revisão do critério adotado pela Corte de origem, por equidade, para a fixação dos honorários de advogado, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido é o entendimento sumulado do Pretório Excelso: 'Salvo limite legal, a fixação de honorários de advogado, em complemento da condenação, depende das circunstâncias da causa,

Superior Tribunal de Justiça

não dando lugar a recurso extraordinário' (Súmula 389/STF).

Deve-se ressaltar, nesse contexto, que 'a jurisprudência desta Corte, entretanto, sensível a situações em que salta aos olhos a inobservância dos critérios legais para o arbitramento do valor justo, passou a admitir a revisão em sede especial quando se tratar de honorários notoriamente ínfimos ou exagerados, o que se faz considerado cada caso em particular. Assim, saber se os honorários são irrisórios ou exorbitantes requer, necessariamente, **a apreciação das peculiaridades de cada caso concreto**' (STJ, AgRg nos EAREsp 28.898/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/02/2014).

Nesse sentido: STJ, AgRg nos EDcl no Ag 1.409.571/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, CORTE ESPECIAL, DJe de 06/05/2013; EREsp 966.746/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, CORTE ESPECIAL, DJe de 25/03/2013; EREsp 494.377/SP, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, CORTE ESPECIAL, DJU de 01/07/2005.

De qualquer modo, **conforme divulgado no Informativo de Jurisprudência 301, de 16 a 20 de outubro de 2006, a Segunda Turma do STJ, a partir do julgamento do REsp 542.249/SC** (Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ acórdão Ministra ELIANA CALMON, DJU de 04/12/2006), **firmou o entendimento de que esta Corte não pode, em Recurso Especial, refazer o juízo de equidade de que trata o § 4º do art. 20 do CPC/73, levando em conta as alíneas a, b e c do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é vedado a este Tribunal, nos termos da Súmula 7/STJ.** Com efeito, a Ministra ELIANA CALMON, Relatora para o acórdão no REsp 542.249/SC, julgado na Segunda Turma do STJ em 17/10/2006, assim se fundamentou:

'Tenho notado, outrossim, que alguns recursos especiais vêm trazendo, para demonstrar que os honorários são irrisórios, uma comparação entre o valor da causa e o valor da verba de sucumbência. Essa hipótese poderia até ensejar o reexame do *quantum* pelo STJ, desde que tais aspectos fáticos tenham sido abstraídos pelo Tribunal *a quo*. **O que o Superior Tribunal de Justiça não pode, em sede de recurso especial, é refazer o juízo de equidade de que trata o art. 20, § 4º, do**

CPC, levando em conta as alíneas 'a', 'b' e 'c' do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório e, conseqüentemente, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3) também está consagrado o entendimento de que a fixação de honorários com base no art. 20, § 4º, do CPC não encontra como limites os percentuais de 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) de que fala o § 3º do mesmo art. 20, podendo ser o percentual inferior a 10% (dez por cento).

(...)

Ficou, pois, estabelecido que, na fixação da verba honorária com amparo no art. 20, § 4º, do CPC, ou seja, através de juízo de equidade, o magistrado pode eleger como base de cálculo tanto o valor da causa, como o valor da condenação ou, ainda, arbitrar valor fixo, levando em consideração o caso concreto à luz do art. 20, § 3º, alíneas 'a', 'b' e 'c' do CPC.

Desta forma, sem que o Tribunal a quo, no acórdão recorrido, deixe delineados os aspectos fáticos que o levaram a adotar determinada base de cálculo, percentual ou valor fixo, não pode o STJ emitir juízo de valor a respeito, a fim de concluir se o advogado foi mal ou bem remunerado e ofendidos os dispositivos legais pertinentes. É o que ocorre exatamente na hipótese dos autos.

Com estas considerações, pedindo vênias ao Relator, mantenho a verba honorária como consta do acórdão, negando provimento integralmente ao recurso especial da empresa'.

Os seguintes precedentes, todos da relatoria da Ministra ELIANA CALMON, bem esclarecem a interpretação que deve ser conferida ao posicionamento firmado, pela Segunda Turma, desde o julgamento do aludido REsp 542.249/SC: REsp 1.097.727/RS, DJe de 13/05/2009; EDcl no REsp 988.946/RJ, DJe de 21/05/2009; REsp 1.192.036/RJ, DJe de 01/07/2010; AgRg no AREsp 272.969/RS, DJe de 20/08/2013; REsp 1.358.372/MG, DJe de 20/08/2013; AgRg no AREsp 345.236/BA, DJe de 30/09/2013; AgRg no AREsp 336.064/BA, DJe de 30/09/2013; REsp 1.398.831/RS, DJe de 30/09/2013; REsp 1.408.275/SC, DJe de 13/11/2013; REsp 1.235.095/SP, DJe de 11/12/2013; REsp 1.354.100/TO, DJe de 06/03/2014; REsp

1.317.013/RS, DJe de 20/02/2014.

Com efeito, em situações excepcionalíssimas, o STJ afasta a Súmula 7, para exercer juízo de valor sobre o quantum fixado a título de honorários advocatícios, com vistas a decidir se são eles irrisórios ou exorbitantes. Para isso, indispensável, todavia, que tenham sido delineadas concretamente, no acórdão recorrido, as circunstâncias a que se referem as alíneas do § 3º do art. 20 do CPC/73.

No mesmo sentido são os seguintes precedentes do STJ:

'PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÕES DE DESEMPENHO. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

(...)

3. Não delineados pelo Tribunal de origem, no acórdão recorrido, os critérios que o levaram a adotar determinada base de cálculo, percentual ou valor fixo para os honorários advocatícios, não há como a matéria ser revista neste Tribunal Superior, ante o inafastável óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido' (STJ, AgRg no AREsp 242.962/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 14/05/2015).

'PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE NA HIPÓTESE. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO ESPECÍFICA DO ACÓRDÃO RECORRIDO SOBRE OS CRITÉRIOS DO § 3º DO ART. 20 DO CPC À LUZ DO CASO CONCRETO. MAJORAÇÃO COM BASE NO VALOR DA CAUSA. CRITÉRIO QUE, POR SI SÓ, NÃO A JUSTIFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ.

1. O afastamento excepcional do óbice da Súmula 7 do STJ para permitir a revisão dos honorários advocatícios em sede de recurso especial quando o montante fixado se revelar irrisório ou excessivo somente pode ser feito

quando o Tribunal a quo expressamente indicar e valorar os critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, conforme entendimento sufragado no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ.

2. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos referidos critérios para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios.

3. Nas razões recursais a FAZENDA NACIONAL alega o valor da causa, que seria de R\$ 105.972.071,90 (cento e cinco milhões novecentos e setenta e dois mil reais e noventa centavos), como único parâmetro que justificaria a pretendida majoração da verba honorária. Contudo, o acórdão recorrido sequer fez menção ao valor da causa na hipótese, antes, apenas afirmou que *'o valor fixado pelo douto juízo a quo prestigia e valoriza o trabalho realizado pelo procurador da Fazenda Nacional, o grau de zelo, a natureza da ação e tempo em que se processou'*.

4. Dessa forma, seja porque o acórdão recorrido não se manifestou sobre o valor da causa na hipótese, seja porque este, por si só, não é elemento hábil a propiciar a qualificação do quantum como ínfimo ou abusivo, não há como adentrar ao mérito da irresignação fazendária na hipótese, haja vista ser inafastável o óbice na Súmula 7 do STJ diante da moldura fática apresentada nos autos.

5. Agravo regimental não provido' (STJ, AgRg no REsp 1.512.353/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 17/09/2015).

(...)

Impende salientar que a Segunda Turma do STJ, no julgamento do AgRg no AREsp 532.550/RJ (Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, Rel. p/ acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, DJe de 02/02/2015), reafirmou que, 'em regra, é impossível conhecer de Recurso Especial em que se discute legalidade do valor dos honorários advocatícios arbitrados com base em critério de equidade. Excepcionam-se os casos em que: a) a matéria está necessariamente prequestionada no

acórdão recorrido, e b) com base nas circunstâncias expressamente valoradas no acórdão recorrido, é possível, sem maiores digressões, constatar que o montante controvertido apresenta-se manifestamente irrisório ou exorbitante'.

Ainda no julgamento do aludido AgRg no AREsp 532.550/RJ, a Segunda Turma consignou que o valor da causa nem sempre influi na importância da matéria debatida em juízo. Por exemplo, uma questão meramente processual suscitada em determinado incidente (ilegitimidade de parte) tem a mesma complexidade e importância, independentemente do vulto econômico do objeto do processo. Em outras palavras, frequentemente o esforço intelectual exigido do advogado não depende do valor do objeto da demanda, mormente nas denominadas Exceções de Pré-Executividade, que, consoante doutrina e jurisprudência, são destinadas a chamar a atenção do órgão julgador para nulidades e/ou vícios detectáveis de plano, em razão de sua simplicidade, no título executivo (CDA).

(...)

Da análise dos precedentes supracitados, conclui-se que:

- a) a fixação de honorários, com base no art. 20, § 4º, do CPC/73, não encontra, como limites, os percentuais de 10% e 20%, de que trata o § 3º do mesmo dispositivo legal, podendo ser adotado, como base de cálculo, o valor da causa, o da condenação ou arbitrada quantia fixa;
- b) o Superior Tribunal de Justiça não pode, em Recurso Especial, refazer o juízo de equidade de que trata o art. 20, § 4º, do CPC/73, levando em conta as alíneas a, b e c do § 3º do mesmo dispositivo legal, sem que o acórdão recorrido deixe delineada a especificidade de cada caso, porque isso, necessariamente, demanda o reexame do contexto fático-probatório e, consequentemente, encontra óbice na Súmula 7/STJ".**

In casu, o Tribunal de origem, ao fixar os honorários de sucumbência em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), não mencionou, contudo, todos os critérios delineados nas alíneas "a", "b" e "c" do art. 20, § 3º, do CPC.

Com efeito, restou plasmado, no voto condutor do acórdão recorrido, no ponto sob comentário, simplesmente, o seguinte:

"A condenação em verba honorária deve considerar o grau de zelo profissional, o lugar de prestação do serviço, a natureza e a

Superior Tribunal de Justiça

importância da causa, o trabalho realizado pelo advogado, o tempo exigido para o serviço, bem como a justa remuneração e a necessidade de preservação da dignidade profissional do advogado, nos termos do art. 20, §3, alíneas 'a', 'b' e 'c', e §4º do CPC/1973.

Observadas as variáveis legais, o valor atribuído à causa, a necessidade de preservação da dignidade profissional do advogado e a orientação pacífica desta Corte, fixo os honorários em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), em desfavor do município, atendendo aos princípios da equidade e razoabilidade (valor da causa: R\$ 1.573,23)" (fl. 99e).

No Recurso Especial, busca-se, com base em alegada contrariedade ao art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/73, a redução dos honorários advocatícios, ao argumento de que sua fixação, no Tribunal de origem, teria configurado valor exorbitante.

Ocorre que, dentro das premissas destacadas anteriormente, para a análise do valor de honorários de advogado por esta Corte, é necessário que o Tribunal **a quo** tenha examinado, de forma efetiva, todos os critérios inscritos nas alíneas do art. 20, § 3º, do CPC/73, sob pena de incidência da Súmula 7/STJ, porquanto vedado ao Superior Tribunal de Justiça a análise de provas, a fim de aferir a forma, as circunstâncias e a qualidade do serviço prestado pelo causídico.

Não há, nos autos, juízo do Tribunal de origem sobre todos os critérios do art. 20, § 3º, alíneas **a**, **b** e **c**, do CPC/73, utilizados para a fixação dos honorários advocatícios, nem tampouco alegação, no Recurso Especial de eventual violação ao art. 535, II, do CPC/73.

Como visto, o Tribunal de origem deixou de se pronunciar, de maneira motivada, sobre as circunstâncias específicas da presente causa, para a fixação de honorários de advogado, à luz de todos os parâmetros previstos nas alíneas **a**, **b** e **c** do § 3º do art. 20 do CPC/73.

Tal contexto não autoriza a alteração de honorários pretendida, de maneira que não há como acolher a pretensão da recorrente, incidindo, efetivamente, na espécie, a Súmula 7/STJ.

Nesse sentido, **mutatis mutandis**, o seguinte julgado:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3 DO STJ. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA ÉGIDE DO CPC/1973. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACÓRDÃO QUE NÃO FIXOU EXPRESSAMENTE OS PRESSUPOSTOS FÁTICOS EXIGIDOS PELO ART. 20, § 3º, 'A', 'B' E 'C', DO CPC/1973. RECURSO ESPECIAL QUE NÃO INVOCA A VIOLAÇÃO AO ART. 535,

Superior Tribunal de Justiça

DO CPC, FUNDAMENTANDO-SE APENAS NA IRRISORIEDADE DA VERBA HONORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO DIANTE DA FALTA DE PARÂMETROS FÁTICOS A SEREM REVALORADOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ.

(...)

2. Da análise do acórdão recorrido verifica-se que houve apenas uma menção genérica aos critérios delineados nas alíneas 'a', 'b' e 'c' do art. 20, § 3º, do CPC, não sendo possível extrair do julgado uma manifestação valorativa expressa e específica, em relação ao caso concreto, dos quesitos zelo, lugar, importância, trabalho e tempo, para fins de revisão, em sede de recurso especial, do valor fixado a título de honorários advocatícios, o que impossibilita o conhecimento do recurso especial em razão do óbice da Súmula nº 7 desta Corte.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.628.972/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 13/03/2017).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, **não conheço** do Recurso Especial.

I.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora